

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.071.980 - GO  
(2017/0056224-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.**  
**ADVOGADOS : MARIA DE FÁTIMA RABELO JACOMO - GO006222**  
**THIAGO CORDEIRO JÁCOMO - GO032826**  
**AGRAVADO : CLÁUDIO ANTÔNIO DE PADUA FREITAS**  
**ADVOGADO : FRANK ALESSANDRO CARVALHAES DE ASSIS - GO016693**

## **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno interposto por BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A. em face de decisão monocrática (e-STJ, fls. 688-691), proferida por este signatário, em que se conheceu do agravo (artigo 1.042 do CPC/2015) interposto por CLÁUDIO ANTÔNIO DE PADUA FREITAS para dar provimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafiou, por sua vez, acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fl. 565, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PENHORA. VERBA ALIMENTAR. ADMISSIBILIDADE. LIMITE DE 30%. 1 - É possível a penhora de até 30% (trinta por cento) de verba de natureza alimentar auferida pelo devedor, constante em sua conta bancária, a fim de se promover o cumprimento das obrigações assumidas e não pagas (súmula nº 01/2010, do TJGO). Mitigação da impenhorabilidade da verba salarial (art. 649, IV, CPC). Comprometimento da subsistência do devedor não demonstrado. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos por CLÁUDIO ANTÔNIO DE PADUA FREITAS foram parcialmente acolhidos, para que a penhora de 30% (trinta por cento) recaísse apenas sobre a parcela dos alimentos provisionais referente aos lucros cessantes.

Em suas razões de recurso especial (fls. 609/622, e-STJ), CLÁUDIO ANTÔNIO DE PADUA FREITAS apontou ofensa ao artigo 649, inciso IV, do CPC/1973 (correspondente ao artigo 833, inciso IV, do CPC/2015). Sustentou, em síntese, a impenhorabilidade dos valores creditados em conta bancária do devedor/recorrente, oriundos de alimentos provisórios arbitrados em indenização por ato ilícito, por possuírem natureza alimentar.

Contrarrazões apresentadas às fls. 634/650, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 652-654, e-STJ), a corte de origem negou seguimento ao apelo nobre, ensejando a interposição de agravo (artigo 1.042 do CPC/2015), visando destrancar aquela insurgência.

Contraminuta ofertada às fls. 672-679, e-STJ.

Em decisão monocrática (fls. 688-691, e-STJ), conheceu-se do agravo, para dar provimento ao recurso especial, com o fim de reconhecer a impenhorabilidade da

# Superior Tribunal de Justiça

verba alimentar percebida pelo recorrente e determinar a liberação do referido montante.

Inconformada, a Casa bancária interpôs o presente agravo interno (fls. 695-700, e-STJ), alegando, em síntese: i) a possibilidade de mitigação da regra de impenhorabilidade, especialmente na presente hipótese em que a ação de execução originária não tem por objeto crédito de natureza alimentar; e ii) haver sido reconhecida pelo Tribunal de Justiça local a inexistência de demonstração de que 30% (trinta por cento) do valor penhorado compromete as necessidades básicas do agravado. Requereu a reconsideração da decisão impugnada ou a reforma do *decisum*.

Impugnação às fls. 704-709, e-STJ.

É o relatório.

Ante as razões expendidas no agravo interno, em sede de juízo de retratação, reconsidero a decisão de fls. 688-691 (e-STJ), a fim de examinar novamente a insurgência.

1. De início, verificando o preenchimento dos pressupostos para a admissão do agravo, passo, de pronto, à análise do recurso especial.

2. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de mitigação da regra da impenhorabilidade de verba de natureza alimentar.

Consoante se extrai do acórdão impugnado (fls. 559-560, e-STJ), trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida nos autos da ação de execução de título extrajudicial, proposta pelo BANCO BAMERINDUS DO BRASIL SA em desfavor de UNO PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA., ANTÔNIO DE PÁDUA FREITAS e CLÁUDIO ANTÔNIO DE PÁDUA FREITAS.

No curso da referida execução, fora penhorado o valor de de R\$ 12.795,72 (doze mil, setecentos noventa cinco reais e setenta dois centavos), constante da conta bancária de titularidade do executado CLÁUDIO ANTÔNIO DE PÁDUA FREITAS, referente à verba alimentícia fixada nos autos de ação de indenização movida por CLÁUDIO ANTÔNIO DE PÁDUA FREITAS em desfavor da RÁPIDO ARAGUAIA LTDA., em decorrência de acidente automobilístico que ocasionou a ele paraplegia traumática.

Irresignado, CLÁUDIO ANTÔNIO DE PÁDUA FREITAS opôs exceção de pré-executividade, a qual foi rejeitada, em parte, pelo magistrado de piso, que declarou a impenhorabilidade da quantia constrita, na forma do art. 649, inciso IV, do CPC/1973, determinando a imediata liberação do referido montante.

A Corte de origem conheceu do agravo de instrumento e lhe conferiu provimento, para manter a penhora da verba, reconhecendo a possibilidade de mitigação da regra da impenhorabilidade, em razão de inexistir nos autos a demonstração por parte do agravado de que 30% (trinta por cento) do valor penhorado comprometeria suas necessidades básicas.

É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 562/564, e-STJ):

Em atenção aos autos, observa-se que a quantia penhorada R\$ 12.795,72 (doze mil, setecentos noventa cinco reais e setenta dois centavos) refere-se a **verba alimentícia fixada nos autos da ação de indenização nº 200803803430, movida pelo agravado Cláudio Antônio de Pádua Freitas em desfavor da Rápido Araguaia Ltda. em decorrência de acidente automobilístico que ocasionou a ele paraplegia traumática** (fl. 480 e fls. 485/488).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Pois bem. É certo que, em se tratando de verba alimentícia, o artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil, afasta a sua penhorabilidade. No entanto, já está **pacificado neste Tribunal de Justiça que este regramento deve ser mitigado em favor da efetividade do processo de execução.**

É bom lembrar que o objetivo da impenhorabilidade salarial (crédito alimentar) decorre da proteção da dignidade do devedor, a fim de não ser comprometida a sua subsistência em função das dívidas feitas sem a devida cautela. Mas, não se deve olvidar que, de outro lado, sendo esta proteção absoluta, o credor dificilmente terá seu crédito adimplido. E o devedor, por sua vez, poderá adquirir outras dívidas sem qualquer punição.

(...)

De outro lado, mister ressaltar que **inexiste nos autos qualquer demonstração por parte do agravado de que 30% (trinta por cento) do valor penhorado compromete suas necessidades básicas.**

Portanto, deve-se reformar a decisão atacada, a fim de manter o bloqueio de apenas 30% (trinta por cento) dos R\$ 12.795,72 (doze mil, setecentos noventa e cinco reais e setenta e dois centavos) constante na conta bancária do devedor Cláudio Antônio de Pádua Freitas, eis que decorrente de verba alimentar.

Posteriormente, houve o parcial acolhimento dos embargos de declaração no sentido de determinar que a penhora recaísse apenas sobre parte dos alimentos provisionais referente aos lucros cessantes (apurada com base na renda que o embargante/agravante auferia antes do acidente) (e-STJ, fl. 600):

No entanto, em relação à alegação de omissão do julgamento acerca da composição do valor indenizatório recebido pelo embargante, de fato, há de ser acolhida.

Isso porque, o voto condutor do acórdão se alicerçou unicamente na decisão fotocopiada às fls. 485/488, na qual constou a fixação dos alimentos provisionais em sua totalidade, a saber, R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Desse modo, mister rever o voto condutor do acórdão, a fim de, também, ser considerada a decisão integrativa (fls.496/497), pela qual o dirigente do feito, discriminou as verbas componeste (sic) dos alimentos provisionais em duas partes, sendo R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cobrir as despesas relativas a exames, consultas, fisioterapias e farmácias, e R\$ 8.000,00 destinados à alimentação, lazer, educação, vestuário.

Frente, portanto, a individualização dos valores atinentes as despesas médicas, há de se reconhecer que somente a importância concernente aos lucros cessantes (apurada com base na renda que o embargante auferia antes do acidente) corresponde a verba alimentar.

Assim sendo, acolho parcialmente os embargos de declaração em tela, para que a penhora de 30% recaia apenas sobre os lucros cessantes, os quais foram fixados em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual é possível a penhora das verbas de que trata o art. 833, inciso IV, do CPC/2015, em situações excepcionais, adotando-se a mitigação da impenhorabilidade dos salários para a satisfação de crédito não alimentar, desde que não haja prejuízo direto à subsistência do devedor ou de sua família.

A questão foi pacificada em recente julgamento proferido pela Corte

# Superior Tribunal de Justiça

Especial, admitindo-se a penhora de percentual do salário para satisfação de dívida, mesmo não alimentar, desde que preservado percentual de verbas que resguarde a dignidade do devedor e sua família:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Hipótese em que se questiona se a regra geral de impenhorabilidade dos vencimentos do devedor está sujeita apenas à exceção explícita prevista no parágrafo 2º do art. 649, IV, do CPC/73 ou se, para além desta exceção explícita, é possível a formulação de exceção não prevista expressamente em lei.

2. Caso em que o executado auferia renda mensal no valor de R\$ 33.153,04, havendo sido deferida a penhora de 30% da quantia.

3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.

4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.

5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.

6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

7. Recurso não provido.

(EREsp 1582475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, DJe 16/10/2018) [grifou-se]

Extrai-se, ainda, do voto que conduziu o julgamento:

Para além do dever de portar-se processualmente de acordo com os preceitos da boa-fé, as partes têm direito ao **tratamento processual isonômico**, o que se revela na execução civil como o direito a receber tratamento jurisdicional que saiba **equilibrar**, de um lado, o direito do credor à **satisfação do crédito** executado e, de outro, o direito do devedor a responder pelo débito com a preservação de sua **dignidade**.

# Superior Tribunal de Justiça

Isto considerado, é de se notar que estão em questão, potencialmente contrapostos, **direitos fundamentais** das partes. De um lado, o credor tem direito ao Estado de Direito, ao acesso à ordem jurídica justa, ao devido processo legal processual e material. De outro, também o devedor tem direito ao devido processo legal, que preserve o mínimo existencial e sua dignidade.

Sob essa ótica da preservação de direitos fundamentais, o direito do credor a ver satisfeito seu crédito não pode encontrar restrição injustificada, desproporcional, desnecessária. No que diz respeito, portanto, aos casos de impenhorabilidade (e sua extensão), **só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de seu mínimo existencial, à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.** [grifos no original]

O entendimento foi reafirmado pela Quarta Turma desta Corte, no julgamento do **AgInt no AREsp n. 1336881/DF**, Rel. Ministro RAUL ARAUJO, julgado em 23/04/2019:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE DESPEJO COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS RESIDENCIAIS. PENHORA SOBRE PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE (CPC, ART. 833, § 2º). AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO COM PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. O Novo Código de Processo Civil, em seu art. 833, deu à matéria da impenhorabilidade tratamento um tanto diferente em relação ao Código anterior, no art. 649. O que antes era tido como "absolutamente impenhorável", no novo regramento passa a ser "impenhorável", permitindo, assim, essa nova disciplina, maior espaço para o aplicador da norma promover mitigações em relação aos casos que examina, respeitada sempre a essência da norma protetiva.

Precedente: EREsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, REPDJe 19/03/2019, DJe de 16/10/2018.

2. Descabe manter imune à penhora para satisfação de créditos provenientes de despesa de aluguel com moradia, sob o pálio da regra da impenhorabilidade da remuneração (CPC, art. 833, IV, e § 2º), a pessoa física devedora que reside ou residiu em imóvel locado, pois a satisfação de créditos de tal natureza compõe o orçamento familiar normal de qualquer cidadão e não é justo sejam suportadas tais despesas pelo credor dos aluguéis.

3. Note-se que a preservação da impenhorabilidade na situação acima traria grave abalo para as relações sociais, quanto às locações residenciais, pois os locadores não mais dariam crédito aos comuns locatários, pessoas que vivem de seus sempre limitados salários.

4. Agravo interno parcialmente provido para modificar a decisão agravada e, em novo exame do recurso, conhecer do agravo e dar parcial provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1336881/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 27/05/2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ainda nesse sentido, os precedentes da Terceira Turma desta Corte: **AgInt no AREsp 1386524/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019; **AgInt no REsp 1700166/SP**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018.

Desta forma, estando o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior acerca da matéria, o recurso especial não merece prosperar, ante a incidência da Súmula nº 83 do STJ, aplicável para ambas as alíneas do permissivo constitucional.

**3.** Outrossim, a reforma do aresto hostilizado, com a desconstituição de suas premissas, impõe necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. SALÁRIO. IMPLANTAÇÃO DA CONSTRIÇÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO DOS EXECUTADOS. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE. INTANGIBILIDADE (CPC, ART. 833, IV). SITUAÇÃO EXCEPCIONAL NÃO IDENTIFICADA (CPC, ART. 833, § 2º). CRÉDITO ORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se confirma com a leitura dos autos a alegação de que a decisão colegiada exarada pelo Tribunal de origem estaria em desacordo com a jurisprudência e apresentaria similitude com hipóteses excepcionais em que o STJ identificou ser viável a penhora de salário para satisfação de dívida. Nessa linha, a Súmula 83 do STJ determina a pronta rejeição dos recursos a ele dirigidos, quando o entendimento adotado pelo e. Tribunal de origem estiver em conformidade com a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores.

**2. As questões que exijam o revolvimento das premissas fático-probatórias estabelecidas pelas instâncias ordinárias não admitem recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.**

3. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1448596/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 25/06/2019)[grifou-se]

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE VALORES NA CONTA-CORRENTE DO EXECUTADO. VALORES ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. INDEFERIMENTO PELO TRIBUNAL REGIONAL. TESE DE PENHORABILIDADE DO MONTANTE EXCEDENTE. NÃO CONHECIMENTO. ACÓRDÃO ATACADO CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. REANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PREJUDICADO O INTENTO PREQUESTIONADOR COM AZO NO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. O recurso não pode ser conhecido.

2. A jurisprudência da Segunda Seção do STJ tem admitido, excepcionalmente, a flexibilização da regra da impenhorabilidade quando a verba remuneratória (em sentido amplo) alcançar montante considerável.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Todavia, é lícito ao executado poupar, ainda que na conta-corrente, importe de até quarenta salários mínimos.

Precedentes do STJ.

3. Assim sendo, a tese recursal de que os valores a serem penhorados configurariam reserva de capital, e não verba alimentar, não é hábil a afastar o entendimento do STJ acerca do tópico em questão. Incide, in casu, a regra contida na Súmula 83/STJ.

**4. Outrossim, reavaliar o estado econômico-financeiro do recorrido de modo contrário ao que foi consignado pela Corte de piso requer revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.**

5. Por fim, constato que a tese de ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, visava apenas reconhecer o prequestionamento do art. 835, I, do CPC/2015, com fins de acessar esta instância especial, pelo que ficou prejudicado tal óbice, conforme apreciação acima.

6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1766876/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 19/11/2018)[grifou-se]

Desse modo, sendo essas as conclusões das instâncias originárias, é realmente inviável se obter resultado diverso, porquanto demandaria reexame de todo o acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado, na via especial, pelo enunciado nº 7 da Súmula desta Corte Superior.

**4. Do exposto, reconsidera-se a decisão de fls. 688-691 (e-STJ), tornando-a sem efeitos, e, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator